

21/11/2014 às 05h00

Para quase 30% dos brasileiros, falta de esforço mantém nível de pobreza

Por Ligia Guimarães | De São Paulo

Mais de dois terços da população brasileira dizem que, quando o assunto é remuneração no mercado de trabalho, a meritocracia deve prevalecer. Por outro lado, quase 30% dos adultos discordam da afirmação de que a pobreza reflete falta de oportunidades; para essa parcela dos entrevistados, os pobres são, de alguma maneira, responsáveis por sua sorte - ou falta de sorte. O brasileiro médio, no entanto, julga relevante o papel do governo na redução das desigualdades entre ricos e pobres.

Essas conclusões aparecem na pesquisa realizada em 2012 e que está detalhada no livro "Percepções sobre desigualdade e pobreza - O que pensam os brasileiros da política social?", lançado este mês pela editora Folio Digital e Centro Internacional Celso Furtado.

Nos dados obtidos no levantamento, realizado a partir de 2.200 entrevistas em 12 Estados do país e amostragem nacional, 81,9% das pessoas com 16 anos ou mais concordavam, em 2012, que o salário de uma pessoa deve depender da qualidade de seu trabalho. Na pesquisa, foram apresentadas cinco afirmações aos entrevistados, que deveriam informar se concordavam ou não com as frases, dentro das seguintes possibilidades: 1) discordo totalmente; 2) discordo; 3) neutro; 4) concordo; e 5 (concordo totalmente).

Para 80,9%, o ganho salarial deve ser compatível também com o grau de responsabilidade da execução do trabalho; cerca de 68% concordavam que o salário deve depender da qualificação do trabalhador e 65% julgam que a renda deve depender do grau de dificuldade envolvido. Apenas 52,5% afirmavam que a remuneração deve variar de acordo com as necessidades de cada família.

As regiões mais pobres do país, com renda domiciliar per capita inferior à média nacional, tendem, de acordo com a pesquisa, a apoiar medidas de caráter redistributivo em proporção bem superior àquelas que têm renda mais alta. 72,1% dos entrevistados do Norte e Nordeste afirmaram concordar com a afirmação de que o governo deve intervir para reduzir as desigualdades sociais, contra 54,8% no Centro-Sul e 56,8% no Sudeste. De acordo com o livro, os homens são mais numerosos em identificar a pobreza como falta de esforço individual do que as mulheres.

Lena Lavinas, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das autoras e coordenadora do livro, diz que o estudo captou a predominância de opiniões em perfis semelhantes aos que foram observados nas discussões e debates durante as eleições presidenciais.

"Nas regiões onde a desigualdade é maior a população tende a ser mais favorável às políticas redistributivas. Na eleição, vimos uma polarização entre regiões brasileiras acerca desse ponto", diz Lena, que defende que trabalhos como esse deveriam ser feitos periodicamente para medir a evolução das percepções dos adultos brasileiros acerca das questões sociais.

Sobre as causas da pobreza, há divisão de opiniões; 23% dos entrevistados concordavam totalmente com a afirmação de que as pessoas permanecem na pobreza principalmente por falta de oportunidades; 24,4% mostram-se neutras e 27,2% estavam em total desacordo: "viam a permanência na pobreza mais por uma falta de interesse ou esforço individual em correr atrás de trabalho", informa o estudo.

Para a autora, o que se observa tanto neste quanto em levantamentos internacionais é que as opiniões sobre desigualdade e pobreza são mais influenciadas pelo desenho das políticas públicas do que reflexo de valores intrínsecos da população. "Se os programas de combate à pobreza são pouco efetivos em reduzir a pobreza, a opinião pública tende a se formar justamente sobre tais pressupostos - se é assim, assim deve ser".

O livro mostra, ainda, posições contraditórias. 63% dos brasileiros julgam que educação e saúde devem ser bens públicos e universais, porém percentual semelhante desaprova a ideia de elevar impostos para se ampliar o acesso à saúde e educação gratuitas de qualidade.

De acordo com o levantamento, um terço da população adulta brasileira acredita que o serviço público deve destinar-se aos menos favorecidos. "Os brasileiros apoiam a intervenção do Estado em favor dos grupos de menor renda, porém revelam-se mais propensos a apoiar condicionalidades e controles ou políticas seletivas, que dividem a população entre os necessitados e os demais".

Indivíduos renda familiar mais baixa, inferior a R\$ 3 mil mensais, são mais propensos a ver no Estado um agente de promoção de mais igualdade. Ou seja, quanto maior a renda, menor o apoio à intervenção do Estado em prol da redistribuição. "Brasileiros com nível de escolaridade superior são mais propensos a apoiar políticas universais e redistributivas, fazendo crer que a educação é um antídoto de peso em favor da coesão social e contra o preconceito", diz o texto.

Leia mais em:

<http://www.valor.com.br/brasil/3787888/para-quase-30-dos-brasileiros-falta-de-esforco-mantem-nivel-de-pobreza#ixzz3Jj2AEft6>